



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em
Ciências Jurídico-Criminais
(2.º Ciclo)

Unidade curricular

Direito Penal e Contraordenacional do Ambiente

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Paulo Manuel Mello de Sousa Mendes – 2 horas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O presente curso pretende desenvolver um estudo aprofundado do direito penal e contraordenacional do ambiente, que integram matérias de grande complexidade teórica e enorme importância prática para o jurista.

Conteúdos programáticos

Introdução

I. Casos paradigmáticos e problemas

I.1. A dificuldade de identificar o autor de um atentado ao ambiente

I.2. As atividades industriais como principal fonte de problemas para o ambiente

I.3. O problema da responsabilidade criminal de pessoas coletivas

II. Os inconvenientes do direito penal simbólico

III. Argumentos em prol da tutela penal do ambiente

III.1. A política criminal de emergência

III.2. A sociedade de risco

III.3. A ética para a civilização tecnológica

III.4. O novo direito penal de risco

IV. Um exemplo de direito penal de risco: o crime de poluição (art. 279.º do Código Penal)

IV.1. Delimitação do bem jurídico tutelado

IV.2. Crime de resultado

IV.3. Crime de perigo abstrato potencial

IV.4. Crime de desobediência

IV.4.1. O licenciamento de atividades poluentes e a fixação em concreto dos valores-limite da poluição permitida

IV.4.2. Crime de pura desobediência

IV.4.3. A acessoriedade administrativa no direito penal do ambiente

IV.4.4. Uma norma penal em branco

IV.5. Um crime específico próprio oculto

IV.6. As revisões de 15 do Código Penal

V. Apreciação crítica global da solução legislativa

V.1. Merecimento de pena

V.2. Necessidade de pena

VI. Que resta para o direito penal?

VI.1. Poluição com perigo comum

VI.2. Promoção não autorizada de instalação industrial

VI.3. Omissão pelo funcionário de ato correspondente aos deveres do cargo

VI.4. Alternativo ou complementar: o direito contraordenacional do ambiente?

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Os conteúdos programáticos abrangem aspetos gerais e aspetos particulares do direito penal e contraordenacional do ambiente, assegurando-se desta forma que as principais dificuldades sejam discutidas no curso ao longo do inteiro ano letivo, em função dos temas escolhidos pelos alunos e segundo uma calendarização coerente das pré-apresentações e apresentações.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

I. O método

As aulas seguem um modelo de seminário científico.

As cinco primeiras aulas são a cargo do regente, servindo para apresentação do programa e método de ensino (1 aula), escolha de temas pelos alunos e calendarização de pré-apresentações e apresentações (1 aula) e preleções temáticas (3 aulas).

As restantes aulas são preenchidas pelas pré-apresentações e apresentações dos trabalhos dos alunos, seguidas de discussão e crítica por todos.

Há sempre uma aula dedicada ao método de elaboração de relatórios científicos, em data a combinar com os alunos.

II. A avaliação

É sempre realizada a chamada no início de cada aula e são registadas as ausências, vulgo “faltas”. A assiduidade não constitui um elemento de avaliação, mas as faltas constituem um fator de exclusão da avaliação. É permitida a entrada de alunos no decurso da aula, embora com expressa advertência de que tal deve ser evitado.

A avaliação incide no relatório final a apresentar pelos alunos, mas são tomadas em consideração as pré-apresentações e apresentações orais dos relatórios ao longo do ano letivo, ao longo do processo de elaboração.

Também é avaliada a participação oral espontânea dos alunos durante o curso.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O modelo de seminário científico é o mais adequado ao aprofundamento dos temas, desde que haja um menor denominador comum que fomente em todos os alunos o interesse e a participação oral nas aulas.

Bibliografia principal

Acórdão n.º 427/95 do Tribunal Constitucional, agora em Direito e Justiça – RFDUCP, vol. XI, tomo 1, pp. 356-365

ANTUNES, Luís Filipe Colaço, O procedimento administrativo de avaliação de impacto ambiental, Coimbra: Almedina, 1998

ARAGÃO, Maria Alexandra de Sousa, O princípio do poluidor pagador - Pedra angular da política comunitária do ambiente, Coimbra: Universidade de Coimbra / Coimbra Editora, 1997

BECK, Ulrich, Risk Society - Towards a New Modernity, London / Thousand Oaks / New Delhi: Sage Publications, 1992 (tradução por Mark Ritter do original Risikogesellschaft - Auf dem Weg in eine andere Moderne, 1ª ed., Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986)

BELEZA, Teresa Pizarro, e PINTO, Frederico de Lacerda da Costa, O regime legal do erro e as normas penais em branco (Ubi lex distinguit...), Coimbra: Almedina, 1999

BRITO, Teresa Quintela de, «O crime de poluição: alguns aspectos da tutela criminal do ambiente no Código Penal de 1995», Anuário de Direito do Ambiente, Lisboa: Ambiforum, 1995, pp. 331-367

BROWN, James H., «Complex Ecological Systems», Complexity: Metaphors, Models, and Reality (eds.: G. Cowan, D. Pines, and D. Meltzer), Santa Fe Institute Studies in the Sciences of Complexity, Proceedings Vol. XIX, Reading, Massachusetts: Addison-Wesley, 1994, pp. 419-449

CANOTILHO, José Joaquim Gomes, «Actos autorizativos jurídico-públicos e responsabilidade por danos ambientais», BFDUC, vol. LXIX (1993), pp. 1-69

CATENACCI, Mauro, L'introduzione dei delitti contro l'ambiente nel codice penale. Una riforma con poche luci e molte ombre, Rivista Quadrimestrale di Diritto Dell'ambiente 2 (2015), pp. 32-47



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- CATENACCI, Mauro, e HEINE, Günter, «La tensione tra diritto penale e diritto amministrativo nel sistema tedesco di tutela dell'ambiente - Problemi fondamentali e tendenze di riforma», RTDPE, ano III (1990), pp. 921-942
- Código Penal, Actas e Projecto da Comissão de Revisão, Ministério da Justiça (distrib.: Rei dos Livros), 1993
- COSTA, José de Faria, «A responsabilidade jurídico-penal da empresa e dos seus órgãos (ou uma reflexão sobre a alteridade nas pessoas colectivas, à luz do direito penal)», RPCC, ano 2, nº 4 (Outubro-Dezembro de 1992), pp. 537-559
- CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da, «Constituição e crime» - Uma perspectiva da criminalização e da descriminalização, Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1995
- DIAS, Augusto Silva, «A estrutura dos direitos ao ambiente e à qualidade dos bens de consumo e sua repercussão na teoria do bem jurídico e na das causas de justificação», Separata de Jornadas de Homenagem ao Professor Doutor Cavaleiro de Ferreira, Lisboa: Universidade de Lisboa, 1995, pp. 181-234
- DIAS, Jorge de Figueiredo, «Sobre o papel do direito penal na protecção do ambiente», RDE, ano IV, nº 1 (Janeiro-Junho de 1978), pp. 3-23
- DIAS, Jorge de Figueiredo, «Para uma dogmática do direito penal secundário - Um contributo para a reforma do direito penal económico e social português», Direito e Justiça - RFDUCP, vol. IV (1989-1990), pp. 7-57
- FARMER, Lindsay, e TEUBNER, Gunther, «Chapter 1: Ecological Self-Organization», Environmental Law and Ecological Responsibility - The Concept and Practice of Ecological Self-Organization (org.: Gunther Teubner, Lindsay Farmer e Declan Murphy), Chichester: John Wiley & Sons, 1994, pp. 3-13
- FIANDACA, Giovanni, «La tipizzazione del pericolo», Dei delitti e delle pene, 1984, pp. 441-472
- GARCIA ARÁN, Mercedes, «Remisiones normativas, leyes penales en blanco y estructura de la norma penal», Estudios penales y criminológicos, XVI (1993), pp. 65-103
- GIUNTA, Fausto, «Il diritto penale dell'ambiente in Italia: tutela di beni o tutela di funzioni?», RIDPP, nova série - ano XL (Outubro-Dezembro de 1997), pp. 1097-1123
- GOSSERIES, Axel, «L'éthique environnementale aujourd'hui», Revue Philosophique de Louvain, tomo 96, nº 3 (Agosto de 1998), pp. 395-426
- HAMM, Rainer, «Im Zweifel für die Natur... und gegen das Strafrecht im Umweltschutz», Die Zeit, nº 44 (27 de Outubro de 1989)
- HASSEMER, Winfried, «Grundlinien einer personalen Rechtsgutslehre», Jenseits des Funktionalismus, Heidelberg: Decker & Müller, 1989, pp. 85-94
- HASSEMER, Winfried, «Symbolisches Strafrecht und Rechtsgüterschutz», NSTZ 1989, fasc. 12, pp. 553-559
- HASSEMER, Winfried, «Kennzeichen und Krisen des modernen Strafrechts», ZRP 1992, pp. 378-383
- HASSEMER, Winfried, «A preservação do meio ambiente através do direito penal», Lusíada - Revista de Ciência e Cultura, Série Direito, nº especial, 1996, pp. 319-330 [também publicado em Revista Brasileira de Ciências Criminais (Publicação Oficial do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais), ano 6, nº 22 (Abril-Junho de 1998), pp. 27-35]
- HEINE, Günter, Die strafrechtliche Verantwortlichkeit von Unternehmen - Von individuellem Fehlverhalten zu kollektiven Fehlentwicklungen, insbesondere bei Großrisiken, Baden-Baden: Nomos, 1995
- HERZOG, Felix, «Límites al control penal de los riesgos sociales (Una perspectiva crítica ante el derecho penal en



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

perigo)», ADPCP, nº 46 (1993), pp. 317-327

HILGENDORF, Eric, «Gibt es ein 'Strafrecht der Risikogesellschaft?'», NStZ 1993, fasc. 1, pp. 10-16

HOYER, Andreas, Die Eignungsdelikte, Berlin: Duncker & Humblot, 1987

JONAS, Hans, Das Prinzip Verantwortung - Versuch einer Ethik für die technologische Zivilisation, Frankfurt am Main: Insel Verlag, 1979 (tradução francesa do original alemão por Jean Greisch, Le Principe Responsabilité - Une éthique pour la civilisation technologique, 3ª ed., Paris: Les Éditions du Cerf, 1993)

JONAS, Hans, Ética, medicina e técnica (prefácio e tradução por António Fernando Cascais de textos retirados de Philosophical Essays - From Ancient Creed to Technological Man, 2ª ed., Chicago & London: The University of Chicago Press, 1980), Lisboa: Vega, 1994

KLOEPFER, Michael, «Handeln unter Unsicherheit im Umweltstaat», AA.VV. (C. F. Gethmann e M. Kloepfer) Handeln unter Risiko im Umweltstaat, Berlin / Heidelberg / New York: Springer-Verlag, 1993, pp. 55-98

KUHLEN, Lothar, «Zum Strafrecht der Risikogesellschaft», GA 1994, pp. 347-367

LASA, Carlos Daniel, «Del 'homo faber' o de la reducción antropológica actual», Filosofia Oggi, ano XXII, nº 85 - fasc. 1 (Janeiro-Março de 1999), pp. 65-74

LESLIE, John, The End of the World - The Science and Ethics of Human Extinction, London: Routledge, 1996

LIMA, Maria Luísa, «Factores sociais na percepção de riscos», Psicologia - Revista da Associação Portuguesa de Psicologia, vol. XII, nº 1 (1998), pp. 11-28

LIMA, Maria Luísa Soares Almeida Pedroso de, Percepção do risco sísmico - Medo e ilusões de controlo, dissertação de doutoramento em psicologia social e organizacional (especialidade: psicologia social, ambiental e comunitária) apresentada ao ISCTE, não publicada (Reg. 8476, ISPA-Biblioteca)

MARTINS, Hermínio, "Risco, incerteza e escatologia", in: do mesmo A., Experimentum Humanum - Civilização Tecnológica e Condição Humana, Lisboa: Relógio d'Água, 2011, pp. 173-231

MATEOS RODRÍGUEZ-ARIAS, Antonio, Derecho penal y protección del medio ambiente, Madrid: COLEX, 1992

MENDES, Paulo de Sousa, «Responsabilidade criminal das sociedades comerciais», BFDB, nº 2 (Setembro de 1993), pp. 145-172

MENDES, Paulo de Sousa, «Que pode esperar-se do instituto da responsabilidade civil para fins de protecção ao meio ambiente?», BFDB, nº 5 (Março de 1998), pp. 111-129

MENDES, Paulo de Sousa, Vale a pena o direito penal do ambiente?, Lisboa: AAFDL, 2000

MOCCIA, Sergio, La perenne emergenza - Tendenze autoritarie nel sistema penale, Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 1995

MOURA, José Souto de, «O crime de poluição - A propósito do art. 279º do Projecto de Reforma do Código Penal», RMP, ano 13º, nº 50 (Abril-Junho de 1992), pp. 15-38

MOURA, José Souto de, «Tutela penal e contra-ordenacional do ambiente - Notas à jurisprudência», agora em Textos, Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 1994, pp. 175-188

PALMA, Maria Fernanda, «Direito penal do ambiente - Uma primeira abordagem», Direito do Ambiente, Oeiras: Instituto Nacional de Administração, 1994, pp. 431-448



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- PALMA, Maria Fernanda, «Novas formas de criminalidade: o problema do direito penal do ambiente», Estudos Comemorativos do 150º Aniversário do Tribunal da Boa-Hora, Lisboa: Ministério da Justiça, 1995, pp. 199-211
- PEREIRA, Rui Carlos, «Código Penal: as ideias de uma revisão adiada», RMP, ano 18º, nº 71 (Julho-Setembro de 1997), pp. 49-84
- PINTO, Frederico de Lacerda da Costa, «O ilícito de mera ordenação social e a erosão do princípio da subsidiariedade da intervenção penal», RPCC, ano 7, fasc. 1 (Janeiro-Março de 1997), pp. 7-100
- PINTO, Frederico de Lacerda da Costa, «Sentido e limites da protecção penal do ambiente», Revista Penal – Publicación semestral de Editorial Praxis, en colaboración con las Universidades de Huelva, Salamanca y Castilla-La Mancha, nº 4 (1999), pp. 169-173
- PINTO, Frederico de Lacerda da Costa, «Sentido e limites da protecção penal do ambiente», Direito e Cidadania, ano III, nº 8 (Novembro 1999 - Fevereiro de 2000), pp. 9-19
- PORTOCARRERO, Maria Francisca, «Discrecionalidade e conceitos imprecisos: ainda fará sentido a distinção?», Cadernos de Justiça Administrativa, nº 10 (Julho-Agosto 1998), pp. 26-46
- PRITTWITZ, Cornelius, Strafrecht und Risiko - Untersuchungen zur Krise von Strafrecht und Kriminalpolitik in der Risikogesellschaft, Frankfurt am Main: Klostermann, 1993
- RODRIGUES, Anabela Miranda, «A propósito do crime de poluição (artigo 279º do Código Penal)», Direito e Justiça – RFDUCP, vol. XX, tomo 1 (1998), pp. 101-143
- RODRIGUES, Anabela Miranda, «Poluição», AA.VV., Comentário conimbricense do Código Penal, Parte Especial (dirig. por Jorge de Figueiredo Dias), tomo II (artigos 202º a 307º), Coimbra: Coimbra Editora, 1999, pp. 944-978
- RODRIGUES, Anabela Miranda, «Comentário ao artigo 83.º do TFUE», in: AA.VV., Tratado de Lisboa anotado e comentado (orgs.: Manuel Lopes Porto e Gonçalo Anastácio), Coimbra: Almedina, 2012, pp. 435-438
- RONZANI, Marco, Erfolg und individuelle Zurechnung im Umweltstrafrecht: eine Studie zur Funktionalität der Strafrechtsdogmatik im Umweltschutz unter besonderer Berücksichtigung des Schweizer Rechts, Freiburg im Breisgau: Eigenverlag Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht, 1992, pp. 129-131
- RUDOLPHI, Hans-Joachim, «Strafrechtliche Verantwortlichkeit der Bediensteten von Betrieben für Gewässerverunreinigungen und ihre Begrenzung durch den Einleitungsbescheid», Lackner-Festschrift, Berlin / New York: Walter de Gruyter, 1987, pp. 863-887
- RUGA RIVA, Carlo, Diritto penale dell'ambiente – Parte generale: Principi, beni e tecniche di tutela; Parte speciale: Reati contenuti nel d.lgs. n. 152/2006 e nel codice penale, 3.ª ed., Torino: Giappichelli, 2016
- SCHRÖDER, Horst, «Abstrakt-konkrete Gefährungsdelikte?», JZ 1967, pp. 522-525
- SCHRÖDER, Horst, «Les délits de mise en danger - Rapport particulier: Allemagne Federale», Revue Internationale de Droit Pénal 1969 [Actes du Colloque préparatoire du Xe Congrès international de droit pénal organisé par le Groupe Italien de l'Association Internationale de Droit Pénal et par le Centro Nazionale di Prevenzione e Difesa Sociale (Rome, 28-31 mai 1968)], pp. 7-31
- SCHÜNEMANN, Bernd, «Cuestiones básicas de dogmática jurídico-penal y de política criminal acerca de la criminalidad de empresa», ADPCP, nº 41 (1988), pp. 529-558
- SELZNICK, Philip, «Chapter 17: Self-Regulation and the Theory of Institutions», Environmental Law and Ecological Responsibility - The Concept and Practice of Ecological Self-Organization (org.: Gunther Teubner, Lindsay Farmer e Declan Murphy), Chichester: John Wiley & Sons, 1994, pp. 395-402



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

SENDIM, José de Sousa Cunhal, Responsabilidade civil por danos ecológicos - Da reparação do dano através de restauração natural, Coimbra: Coimbra Editora, 1998

SERRA, Teresa, «Contra-ordenações: responsabilidade de entidades colectivas – A propósito dos critérios de imputação previstos no Regime Geral do Ilícito de Mera Ordenação Social e em diversos regimes especiais. Problemas de (in)constitucionalidade», RPCC, ano 9, fasc. 2 (Abril-Junho de 1999), pp. 187-212

SILVEIRA, Maria Manuela Valadão e, «Reflexões sobre o crime de danos contra a natureza previsto no artigo 278º introduzido no Código Penal pela revisão de 1995», Anuário de Direito do Ambiente, Lisboa: Ambiforum, 1995, pp. 369-387

SANTOS, José Beleza dos, «Ilícito penal administrativo e ilícito criminal», ROA, ano 5º, n.os 1 e 2 (1º e 2º trimestres de 1945), pp. 38-59

TERRADILLOS BASOCO, J. M., «Responsabilidad del funcionario público en delitos relativos a la ordenación del territorio y a la protección penal del patrimonio histórico y del medio ambiente», AA.VV., Estudios Penales y Criminológicos, vol. XX (1997), pp. 315-332

TIEDEMANN, Klaus, Lecciones de Derecho penal económico (comunitario, español, alemán), Barcelona: PPU, 1993

TORRES, Mário José de Araújo, «Dano ecológico no contencioso administrativo português», Lusíada - Revista de Ciência e Cultura, Série Direito, nº especial, 1996, pp. 43-54

TVERSKY, Amos, «The Psychology of Risk», Quantifying the Market Risk Premium Phenomenon for Investment Decision Making (ed. por William F. Sharpe e Katrina F. Sherrerd), Charlottesville: The Institute of Chartered Financial Analysts, 1990, pp. 73-77